

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: aprender para a emancipação ou para a certificação?

Damiana Camila Vilalva França¹

Alexandre Cougo de Cougo²

Eixo temático: Alfabetização e Educação de jovens, adultos e idosos

Resumo: O presente texto é fruto de uma pesquisa desenvolvida na Graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, como um dos requisitos para obtenção do título. A pesquisa foi realizada no âmbito educacional, com estudantes adultos da 1^o e 2^o fase da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo da pesquisa era analisar e discutir os sentidos da procura pela EJA para esses estudantes. A metodologia empregada para atingir o objetivo proposto, foi de natureza qualitativa, que procura entender um fato, bem como permite realizar um estudo e refletir sobre a temática. Para a coleta de dados foi utilizada inicialmente uma entrevista estruturada que permitiu selecionar alguns estudantes, que se enquadraram dentro dos critérios estabelecidos na pesquisa. Em seguida, foi realizado o próximo passo, que trata da coleta das histórias de vidas desses participantes selecionados. Para essa etapa, foram entrevistados três estudantes, que narraram suas histórias de vida, trajetórias escolares. A partir da narrativa dessas histórias foi possível analisar os sentidos da procura pela EJA para esses sujeitos, tendo como foco duas perspectivas de análise dos sentidos: a emancipação e a certificação para o mercado de trabalho. Como resultado, a pesquisa permitiu fazer a seguinte conclusão: Os sentidos da procura pela EJA dos três estudantes adultos perpassam pelas duas perspectivas trabalhadas: a de certificar e a de emancipar.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos; Emancipação; Certificação.

¹Mestranda em Educação pela UFMS-CPAN. Professor da Educação Básica do Município de Corumbá-MS. Contato: camilavilalva@gmail.com

²Doutor em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Contato: alexandre.cougo@ufms.br

Introdução

O presente estudo trata-se de uma pesquisa realizada ainda na Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Campus do Pantanal. A escolha da temática ocorreu durante a realização da disciplina Atividades Orientada em Pesquisa e Prática Pedagógica II (Educação de Jovens e Adultos - EJA), onde tive a oportunidade de participar da rotina dos sujeitos que participavam dessa modalidade de ensino. Desse modo, foi possível observar alguns de seus pontos de vista, bem como conhecer seus anseios e perceber que um número significativo de alunos que participava dessa modalidade tinha como objetivo apenas obter o certificado. Pude constatar isso através de observações e de entrevistas nas quais os alunos explicitavam algumas das motivações que os levaram a buscar a EJA. Dentre as respostas dadas estava a questão de participarem dessa modalidade com o intuito de obter a certificação para o mercado de trabalho.

Diante disso, me propus a estudar os reais motivos que levam os alunos a procurarem a EJA como uma modalidade de ensino, bem como discutir e analisar os sentidos para os mesmos na procura por essa modalidade. Estou interessada nesse problema porque quero encontrar respostas às seguintes perguntas: Quem são os indivíduos que procuram a EJA? O que eles esperam dessa modalidade de ensino?

Com esse estudo, acredito que trarei contribuições importantes para o aprofundamento dessa temática, bem como para a reflexão sobre as políticas públicas pensadas para essa modalidade de ensino.

Minha pesquisa traz como objetivo principal analisar os sentidos da procura pela EJA para os estudantes jovens e adultos desta modalidade de ensino.

Fundamentação teórica

“Ignorante”, “burro” e “incapaz” são alguns dos termos usados para denominar uma parte da população que não sabe ler e escrever. No entanto, essa situação é decorrente do contexto no qual essas pessoas estão inseridas (SOARES; GALVÃO, 2009).

De acordo com Arroyo (2006, p. 23), “[...] por décadas o olhar escolar os enxergou apenas em suas trajetórias truncadas: alunos evadidos, reprovados, defasados [...]”, deixando de vê-los como sujeitos que foram privados da educação escolar.

Todavia, é importante ressaltar que esses indivíduos, quase todos, viveram no século XX. Com isso, no início do século XX a presença do Estado no processo de escolarização era muito pequena, assim não tinha uma grande preocupação em colocá-los na escola, até porque o número de escolas existentes não era suficiente para atender a

demanda, ainda mais se o sujeito pertencesse às camadas populares. Desse modo, o país tinha um baixo número de pessoas presentes no âmbito escolar (FARIA FILHO, 2000).

Foi somente com a propagação da ideia de que o povo precisava ser instruído para poder escolher, é que o Governo começou a se preocupar com a necessidade de instrução das camadas inferiores (FARIA FILHO, 2000).

Se voltarmos um pouco à história da EJA no Brasil, veremos que a luta para que os cidadãos brasileiros tivessem acesso à escola foi muito grande. Somente a partir dos anos de 1940 é que a educação de adultos se configura como tema de política educacional. Desse modo, são criadas iniciativas concretas a fim de oferecer escolarização a amplas camadas, até então recusadas, excluídas da escola (BEISIEGEL, 1997 apud DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

A década de 1960 foi marcada por novas campanhas de alfabetização, com graus variados de ligação com o Estado. São programas como: o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular do Recife, os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes e o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, sendo alguns destes programas inspirados nas orientações e ideias de Paulo Freire (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Diante disso, percebe-se que Paulo Freire foi e ainda é um dos nomes mais importantes da história da educação popular e, por conseguinte, da educação de jovens e adultos no Brasil. Desenvolveu métodos de aprendizagem nos quais o professor ensinava os alunos a partir de temas e palavras geradoras ligadas às suas experiências. Todavia, no ano de 1964, Paulo Freire foi cassado e punido pelos militares golpistas, fazendo com que suas ideias fossem proibidas de circular no país (LOPES; SOUSA, 2005).

Em 1967 iniciou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que objetivava alfabetizar a população em dez anos. Segundo Pereira “foi um programa que apesar de ter como objetivo atender a classe popular que precisava ser alfabetizada atendia, também, aos interesses dos políticos dos governos militares” (PEREIRA, 2009, p. 13).

O ano de 1971 foi um marco para a EJA no país. Nesse ano foi aprovada a Lei nº 5.692/1971, que consagra a extensão da educação básica obrigatória de 4 anos para 8 anos e dispõe sobre as regras básicas para o provimento de educação supletiva, que se caracteriza como uma perspectiva da Educação de Jovens e Adultos. Dessa forma, foram criados os Centros de Estudos Supletivos (CES), os quais eram de frequência não obrigatória, e que ofereciam materiais didáticos aos alunos (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001). Diante disso, podemos notar que nessa época o Ensino Supletivo foi caracterizado somente como um mecanismo de certificação, ou seja, os alunos que frequentavam esse curso queriam apenas obter a certificação para o mercado de trabalho.

Ainda a partir dos estudos, percebe-se que esse desejo social não era apenas uma questão que surgia dos estudantes, mas também um claro convencimento social. Primeiro pela pressa que emergia em se fazer certificado como forma de participação mais ativa no mercado de trabalho, e segundo pelo rompimento de toda e qualquer outra prerrogativa de participação nos meandros educativos que não seja o fator certificação. Nesse sentido, a educação não servia para mais nada, a não ser a possibilidade de colocar o indivíduo em um patamar social e econômico, principalmente, diferente do que ele se encontrava.

A partir da década de 1980 aconteceram importantes avanços tais como a regulamentação do direito a educação de jovens e adultos preconizados na Constituição de 1988; a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Alfabetização, em 1990; a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, que reafirma o direito à educação de jovens e adulta; entre outros.

Contudo, fez-se necessário resgatar alguns aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a fim de compreender o atual momento vivido por essa modalidade. Dessa forma, analisar os acontecimentos dessa trajetória faz com que nos atentemos à finalidade pela qual os alunos procuram essa modalidade de ensino, bem como os processos sociais que permeiam a nãoescolarização de um grande contingente da população brasileira e as possibilidades de retorno destes jovens e adultos para a escola.

Metodologia

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa foi de natureza qualitativa, que busca entender um determinado fenômeno. Desse modo, a escolha dessa abordagem deve-se ao fato dela proporcionar a reflexão dos sentidos que os estudantes atribuem a EJA.

Para atender aos objetivos propostos acima foi necessária a utilização de alguns procedimentos metodológicos, tais como: entrar em contato com a instituição escolar na qual pretendia realizar a pesquisa; aplicação da entrevista estruturada aos alunos da 1º e 2º fase da EJA.

Segundo Gil (1999, p. 121), a entrevista estruturada trata-se de uma entrevista que se desenvolve “a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados”. Sendo assim, o roteiro da entrevista foi baseado em questões pertinentes à pesquisa e teve um número restrito de perguntas objetivas.

A entrevista possibilitou selecionar os sujeitos para a próxima etapa, pois eles deveriam atender a três requisitos: o primeiro, o aceite dos participantes na pesquisa; o segundo, terem mais de 25 anos, quando já são considerados adultos; e o terceiro, estarem inseridos no mercado de trabalho e serem mantenedores de seus lares.

Após a seleção dos sujeitos, o próximo passo foi conhecer a história de vida de cada sujeito participante. Como assinala Gaspar da Silva (2006, p. 131), “[...] a história oral ganhou força e legitimidade consolidando-se como uma importante ferramenta para a escrita de uma história”. Para Gaspar da Silva (2006, p. 132), “ao ouvir vozes do passado, mergulha-se num mundo em que real e ficção se misturam, num mundo eivado de emoções. Envolve-nos em testemunhos normalmente marcados pela nostalgia”.

Para “ouvir essas vozes” utilizei como instrumento de registro o gravador. Como enfatiza Oliveira (2007), a gravação é muito importante quando se pretende registrar tudo que foi dito com precisão. Após a escuta, iniciou-se o último passo, que diz respeito a transcrição e a ordenação dos dados recolhidos.

Resultados e Discussão

Ao longo do trabalho ouvimos histórias que trazem marcas, feridas, sentimentos, entre outros, que marcaram a existência dos sujeitos adultos da EJA.

Através das narrativas das histórias de vidas dos três sujeitos (Zaqueu, Deodora e Firmino³) percebe-se que os três sujeitos são oriundos da classe popular, que de alguma forma e por inúmeras razões tiveram seus processos de escolarização interrompidos quando ainda criança e/ou adolescente. Esses adultos passaram por situações que se consideram como “fundamentais” para a detenção dos seus estudos, como aconteceu.

O fato é que todos os sujeitos participantes dessa pesquisa foram para a escola e vivenciaram o fracasso escolar, impedindo-lhes de prosseguir nos estudos. Zaqueu interrompeu seus estudos devido ao fechamento da única escola (rural) existente no local onde residia. Para Deodora, os problemas pessoais (violências diversas no seio familiar) que passou e a ausência dos documentos oficiais para as matrículas foram elementos suficientes para fazê-la desistir de estudar. Já Firmino relata que a instabilidade de moradia de seu tio e a difícil tarefa de conciliar trabalho e escola fez-lhe desistir dos estudos.

Diante disso, percebe-se um elemento em comum nas três histórias escolares dos três sujeitos: a ausência do Estado. O Estado, em todos os casos, ficou ausente nas situações existentes na vida dos sujeitos. Não ofereceu escola quando precisavam e não ofereceu proteção à infância e a adolescência quando necessário. Entretanto, isso evidencia o momento que o país estava vivendo na época em que estes sujeitos interromperam o processo de escolarização. É importante ressaltar que esses acontecimentos se deram na

³ Os nomes usados na pesquisa são de natureza fictícia. Fazem alusão aos personagens do filme brasileiro “Narradores de Javé”, em que esses personagens narram suas próprias histórias, a fim de escrever um livro na tentativa de salvar seu pequeno povoado, que estava prestes a sumir e se transformar em uma represa hidrelétrica.

década de 1960 e 1970, momento em que, apesar de obrigado, o Estado não garantia escolas para todos, bem como não oferecia subsídios para a permanência dos alunos nas escolas.

Outro elemento comum e que une os sujeitos participantes dessa pesquisa é a relação com o trabalho. Zaqueu começou a trabalhar muito cedo, aos 13 anos de idade, como feirante e fazendo alguns “bicos” que surgiam. Com Deodora não foi muito diferente; começou a trabalhar aos 16 anos de idade como doméstica tendo que se ausentar da escola, posto que a única opção que tinha era trabalhar. Já Firmino destaca que aos 11 anos começou a trabalhar, mas sem remuneração. Segundo ele, o trabalho até os 12 anos não era remunerativo, e sim um auxílio ao tio com quem morava.

Desse modo, compreende-se que a relação entre o sujeito e o trabalho se dá no contexto da necessidade de sustento e de busca de melhoria de vida.

Atrelada a essa concepção de melhoria de vida é que esses sujeitos retornam a escola. Zaqueu relata que o retorno à escola se deu pelo desejo, anseio em aprender mais, aprender tudo que ainda não sabe. Deodora conta que o retorno à escola foi uma oportunidade para mudar de vida, melhorar, bem como conseguir alcançar seus objetivos profissionais. Já Firmino descreve que o retorno à escola surge como um meio de não perder posições no mercado de trabalho, que está “competitivo”.

Desse modo, observa-se que esses sujeitos compreendem o retorno à escola como uma nova oportunidade de alcançar algo que no passado não foi alcançado.

Quando questionados acerca do que esperam com os estudos, os três sujeitos participantes foram bem claros e objetivos. Zaqueu relatou que seu anseio com os estudos é terminar a 7ª série para conseqüentemente, fazer um curso de pedreiro para poder trabalhar nessa área. Deodora manifesta o desejo de estudar para “subir na vida”, bem como obter um emprego melhor, e Firmino enfatiza que pretende terminar todos os níveis da educação, inclusive o superior, para que obter um trabalho melhor. .

Segundo Oliveira (2007, p. 195) “a ascensão social vinculada a uma ‘boa’ profissão faz parte do imaginário, produzindo nos jovens as aspirações de conforto, bom salário, respeito social, progresso social numa estrutura hierarquizada e produtora de exclusão social [...]”. Mais do que meras aspirações dos jovens, a ascensão social também acaba por se tornar um alvo para os adultos, principalmente aqueles que procuram manter suas famílias, como Zaqueu, Deodora e Firmino.

Apesar de parecer evidente o que esses adultos buscam com a escolarização, percebe-se outro fator elementar. Se por um lado, temos a constatação através das falas dos sujeitos de que é a certificação para o mercado de trabalho o real motivo pelo qual procuraram a EJA, por outro temos o reconhecimento por parte deles que a leitura e a escrita são processos indispensáveis para a vida em sociedade, mas que a educação vai

além dessas técnicas. Desse modo, percebe-se também a busca por uma educação emancipatória, que permite o “ir” e o “vir” do sujeito, que viabilize o acesso às condições de cidadania, de uma vida digna, livre e sem o aprisionamento do analfabetismo. Como enfatiza Pereira (2009, p. 10) “Uma educação que não seja somente para aprender a ler e a escrever, como também, se sentir no mundo, ter voz. A oportunidade de usufruir o direito que lhes foi negado, o direito à educação”.

Considerações Finais

A presente pesquisa permitiu fazer a seguinte conclusão: Os sentidos da procura pela EJA dos três estudantes adultos perpassam pelas duas perspectivas trabalhadas – a de certificar e a de emancipar. Ou seja, apesar dos sujeitos participantes deixarem bem explícito o desejo de “subir na vida”, ser “alguém na vida”, os mesmos também carregam em suas falas resquícios de uma educação emancipatória, para viver em sociedade.

Finalmente, concluo este trabalho de pesquisa enfatizando o quão gratificante foi ouvir histórias de vida que me marcaram, e que com toda certeza marcaram muitas outras pessoas. Foi extremamente prazeroso lidar com seres humanos que tinham inúmeros empecilhos para não retornarem à escola, e mesmo assim retornaram.

Finalizo agora, parte de uma pesquisa ampla, pois as histórias continuam sendo contadas, à espera de alguém para ouvi-lás.

Referências

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. (Orgs). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 18 – 50.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, São Paulo, n. 55, p. 58-77, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.

FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação e crise do capitalismo real**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Dar a palavra a... Tomar a palavra de... In: III CIIPA – Congresso Internacional sobre Pesquisa. **Autobiografia, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Salvador, Bahia: UDUNEB, 2006, p. 125 – 143.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. EJA: Uma Educação possível ou mera utopia? **Revista Alfabetização Solidária** (Alfasol), v. 5, p. 1- 20, março, 2005.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. “Se tiver criança na sala, eu não fico”... In: GUSTSACK, F.; VIEGAS, M. F.; BARCELOS, V. **Educação de jovens e adultos: saberes e fazeres**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 188 – 203.

PEREIRA, Lídia Soares. **Fios de ouro em segredo: as expectativas de jovens e adultos ao retornarem à escola**. 2009. 45f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Formação de Professores/UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, L.; GALVÃO, A. M. de. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C.(orgs). **Histórias e memórias de educação no Brasil**. vol. III: século XX. 3 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009, p. 257 - 277.